

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 1972

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quielise Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

##### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Thomazoni  
2.º Secretário — Quielise Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

###### SUPLENTE

- Borsari Neto; Basílio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

###### SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

- Presidente — Jorge Sato  
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basílio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basílio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Basílio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

###### SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas à existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basílio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélio Guimarães Sotó Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).



**2ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 153.ª Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 11 de Outubro de 1972**  
**(Quarta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Lázaro Dumont.

As 14,00 horas, é registrada a presença das seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Igo Losso — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domício Scaramella — Rosário Pitelli — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — João Fadel — João Mansur — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão — Antônio Maciel e Jorge Sato (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aginaldo Pereira Lima — Fuad Nacli — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruet e Xenofonte Villanueva (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **S E S S Ã O E X T R A O R D I N Á R I A** destinada a apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
 Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição.

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 69/72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 88/71, de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, construir através do D.E.R., uma estrada para ligar a sede do Município de Adrianópolis ao lugar denominado Ribeirão do Pocho. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 12, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 70/72.

Levanta-se a Sessão.

**2ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 154.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 11 de Outubro de 1972**  
**(Quarta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental é registrada a presença das seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domício Scaramella — Rosário Pitelli — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima e Wilson Brandão (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aginaldo Pereira Lima — Fuad Nacli — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruet e Xenofonte Villanueva (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E :**

**OFÍCIOS:**

Sob o n.º 1/72, do Senhor Pedro Milani, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antonio do Sudoeste, encaminhando a esta Casa, cópia autêntica da Ata da reunião solene comemorativa ao sesquicentenário da Independência. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 807/72, do Senhor Antonio Facci, 1.º Secretário da Câmara Municipal de Maringá, comunicando que foi aprovado por unanimidade, requerimento de autoria do Senhor Vereador Paulo Vieira de Camargo, dando inteiro apoio ao anteprojeto de lei, do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, que institui o "DIA DO MÉDICO". — Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 1334/72, do Senhor Osmar Francisco da Costa, Diretor Executivo de Associação Brasileira de Município, informando a esta Casa que, em decorrência do afastamento, por renúncia do Deputado Wilson Gasparini, para poder concorrer ao cargo de Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, São Paulo, assumiu a presidência da Associação o Deputado Divaldo Surrugi, então Vice-Presidente daquela Entidade. — Ao conhecimento da Casa.

**TELEGRAMA:**

Do Senhor Orlando Geisel, Ministro do Exército, no seguinte teor:

Impossibilitado comparecer vg agradeço Vossencia e Nobres Deputados dessa Assembléia convite cerimônia inauguração et benção imagem Nossa Senhora Saleté pt — Ao conhecimento da Casa.

**REQUERIMENTOS:**

**Requerimento**

— De autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Resolução n.ºs. 1-72 e 27-72 e dos Projetos de Lei n.ºs. 108-70, 154-70, 58-71, 208-71 e 1-72.

**R e q u e r i m e n t o**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata de nossos trabalhos, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Basílio Ravanholi, residente em Cambira, ocorrido no dia 1.º do corrente e candidato a vereador do mesmo Município e também pelo falecimento do Sr. Domingos Carlos, residente no Distrito de Itacolomi, ocorrido no dia 2 do corrente mês e progenitor do candidato a vice-prefeito do Município de Cambira.

O passamento repercutiu imensamente na sociedade local onde os extintos eram figuras de destaque na região.

Requer-se, outrossim, que da deliberação do Plenário desta Casa, seja dada ciência às respectivas famílias enlutadas.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1972

(a) — Gilberto Carvalho

**R e q u e r i m e n t o**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições vem, na forma regimental, requerer que após ouvido o Plenário, se consigne em Ata um voto de pesar pelo falecimento ocorrido domingo último nesta Capital, do Des. Eduardo Xavier da Veiga, que por vários anos teve assento a uma das cadeiras do Tribunal de Justiça, marcando sua passagem pelo notável saber jurídico e justeza de suas decisões.

Outrossim, requer seja dado ciência da deliberação desta Casa, à família enlutada, residente no Edifício São Judas Tadeu, através de expediente próprio.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1972.

(a) — Antônio Costa

**R e q u e r i m e n t o**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que determine a expedição de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura, apelando no sentido de proceder-se reforma geral no prédio onde se encontra instalado o Grupo Escolar do distrito de Vera Guarani, no Município de Paulo Frontin.

Justificamos tal solicitação, por encontrar-se o referido prédio em precárias condições de uso, o que vem prejudicar o bom funcionamento dos serviços ali, executados e por entender-se ser necessário local adequado para as crianças receberem os ensinamentos.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1972.

(a) — Domício Scaramella

**R e q u e r i m e n t o**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência a inserção nos Anais desta Sessão, voto de congratulações ao Colégio Santa Maria, de nossa Capital, por ter se sagrado campeão dos "Jogos Maristas de 1972".

O referido registro objetiva enaltecer aquela conquista, feita por um colégio paranaense que realmente soube se preparar para ele, refletindo o trabalho desenvolvido pelo seu Departamento de Educação Física, tão bem coordenado pelo prof. Ailton Ruy A. dos Santos. O feito inédito, do qual em cinco modalidades venceu quatro e um vice campeonato, retrata, também, o atual espírito que norteia aquele estabelecimento de ensino, dentro da orientação governamental, para o aprimoramento desportivo.

Por isso tudo, aos atletas, professores, chefe de delegação e ao Irmão Reitor do Colégio Santa Maria, deve ser comunicada a decisão deste Plenário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1972.

(a) — Maurício Fruet

**R e q u e r i m e n t o**

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, veemente apelo no sentido de abrir um crédito extraordinário para auxiliar a Prefeitura de Tamboara, no atendimento à construção de casas e aquisição de telhas para as propriedades destruídas e danificadas com as últimas enchentes que assolaram parte daquele Município.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1972.

(aa) — Wilson Fortes — Lázaro Dumont

**R e q u e r i m e n t o**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer seja encaminhado ao Presidente do Banco do Estado do Paraná o pedido do Prefeito Municipal de São Miguel do Iguaçu anexo a este, em que é solicitada a instalação de uma agência bancária naquele Município.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1972.

(a) — Ivo Tomazoni

**PROJETOS DE LEI:**

**Projeto de Lei n.º 177/72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Coronel Emygdio de Paula, Comandante do 1.º Batalhão de Fronteira do Exército de Foz do Iguaçu, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1972

(a) — João Mansur



## JUSTIFICATIVA:

A razão da concessão do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Coronel Emygdio de Paula, é justificado, não somente pelos seus méritos pessoais e profissionais, como também pelos relevantes serviços prestado ao nosso Estado, marcando seu magnífico trabalho, frente ao Comando do 1.º Batalhão de Fronteira do Exército de Foz do Iguaçu, neste Estado, desde o ano de 1970.

Portador de vários cursos em Escolas do Exército, tomou parte em elevadas Comissões nas esferas militares, participou ativamente do Movimento Revolucionário de 1964, cumprindo sua missão, com marcante atuação e destaque.

O Coronel Emygdio de Paula, filho do Senhor José de Paula e Dona Angelina Gagliardi, nasceu aos 17 dias do mês de abril de 1925, na cidade de São Carlos — Estado de São Paulo — conforme "currículo vitae" de Sua Excelência.

## Projeto de Lei n.º 178/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## Decreta:

Art. 1.º — Fica revigorado, pelo prazo improrrogável de cinco dias, o artigo 124 e seu parágrafo único da Lei n.º 5.849, de 25 de setembro de 1968.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1972.

(a) — Cândido Martins de Oliveira

## JUSTIFICATIVA:

A tendência da moderna administração é possibilitar aos que desejem se afastar dos cargos públicos, desde que modificadas as regras que regem seu ingresso, esse afastamento, sem, é evidente, prejudicar-lhes o tempo de serviço prestado com proficiência para o Estado.

Assim, a possibilidade de se colocar em disponibilidade os agentes do Ministério Público que ingressaram no parquet à época em que se admitia o exercício da advocacia e, de repente, por modificação viram-se privados desse exercício, é medida de inteira justiça.

Injusto seria impedir a esses membros do Ministério Público, que aderiram à instituição com a permissão da advocacia, que se beneficiassem ao disposto no artigo 124, de 25 de setembro de 1968, unicamente porque, à época da sua entrada em vigor, não tinham condições de utilizar-se de seus benefícios, embora o quisessem.

Esta equidade o objetivo desta lei ora submetida à alta consideração dos nobres Senhores Deputados.

## Projeto de Lei n.º 179/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## Decreta:

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Agrícola na cidade de Cascavel, Pr., devendo ser instalado para funcionamento no ano letivo de 1973 próximo vindouro.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 11 de outubro de 1972

(a) — Odilon Reinhardt

## JUSTIFICATIVA:

O Município de Cascavel tem projeção especial no cenário agrícola do Estado porque sua contribuição na produção de cereais e leguminosas tem apresentado maiores parcelas a cada sucessão de ciclo, sendo que, hoje, em muito o lastro da economia agrícola do Paraná encontra-se na razão direta da maior ou menor produtividade por safra daquela região.

Entretanto, embora preponderantemente o Município exerce a atividade rural ainda não conta com nenhum estabelecimento de formação agrícola, a nível médio, destinado a instrumentar adequadamente através do conhecimento de técnica e uso de implementos que deem maior rentabilidade às culturas, a imensa legião de jovens filhos de agricultores que, naturalmente, estão seguindo a mesma ocupação dos pais. É uma falha sentida na infra estrutura pelo desenvolvimento agrícola do Município, principalmente se levarmos em conta que, hoje em dia, atividade agrícola é, mais do que nunca, conhecimento e aplicação de técnicas que não promovam o desequilíbrio ecológico, antes o incentivo, para que a presença do homem não seja predatória nem cause exaustão prematura às glebas por sua exploração inadequada. Assim, o Ginásio Agrícola cuja criação estamos pretendendo, poderá constituir-se em poderoso elemento de incentivo à agricultura regional além de tornar-se, naturalmente, pelo atrativo de todas as cidades compreendidas na região geoeconômica com os naturais e benéficos reflexos para toda uma comunidade ativa e dedicada à construção do progresso do Estado.

O Poder Executivo certamente não encontrará maiores obstáculos à concretização da medida pois, estando o Governo Federal firmemente dedicado a expansão da agricultura do País, certamente através do Ministério respectivo ou de outros institutos afins saberá encontrar meio de firmar convênio para financiamento no todo ou em parte da instalação do Ginásio Agrícola.

Os nobres Deputados que bem entendem o valor do incentivo à aquisição de conhecimentos técnicos de nível médio para aplicação na agricultura certamente também entenderão oportuno o presente Projeto de Lei e dar-lhe-ão seu honroso e indispensável apoio.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 28 de agosto de 1972

Odilon Reinhardt — Deputado Estadual

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Nossos últimos pronunciamentos a respeito da TELEPAR deram a impressão, principalmente ao Sr. Diretor daquela importante companhia, que estamos fazendo oposição sistemática à sua administração.

Não é isso. Acontece que o Deputado que representa o povo, quando depara com algum ato do Poder Público que deve realmente receber melhores esclarecimentos, tem o dever de pedir a quem de direito, e é o que fazemos com relação à TELEPAR.

A população está sendo convidada por entidades daquela companhia a subscrever a compra de novos aparelhos que irão de encontro à ampliação da rede telefônica da Companhia.

Mas existem pontos obscuros que devem ser esclarecidos a fim de que o Deputado, em contato diário que tem, com o povo, possa responder as interpretações que, por certo, todos os membros desta Casa vão receber dos usuários do serviço telefônico e principalmente, da população.

Porque existe um tópico que merece consideração e por essa razão é que encaminhamos este Pedido de Informações. Porque o Estado como acionista majoritário da TELEPAR, tem o dever e a obrigação de defender os interesses públicos junto àquela empresa. (Lendo):

"Senhor Presidente:

Considerando ser o Estado acionista majoritário da TELEPAR, com obrigações portanto de defender naquela empresa os interesses públicos, o Deputado que adiante subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, requer, ouvida a Casa, encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Viação pedido de informações constante dos seguintes quesitos:

I — Em que se fundamenta a TELEPAR para lançar a promessa de entrega de 20.000 novos telefones em Curitiba, no prazo de 28 meses, quando se sabe que ainda não se procedeu concorrência para a ampliação, sendo, portanto, desconhecida a capacidade dos fabricantes de atender em tempo hábil as encomendas de equipamento?

II — Tendo em vista também a inexistência de concorrência, e portanto desconhecimento do custo da ampliação, qual o critério adotado pela TELEPAR para estipular o custo de cada novo aparelho a ser instalado?

III — Por que motivo as novas assinaturas são vendidas aqui a Cr\$ 4.099,00, com pagamento antecipado, quando em Santa Catarina e Londrina uma linha está sendo oferecida ao usuário por Cr\$ 2.600,00?

IV — Quais os motivos que levam a TELEPAR a não cumprir os cronogramas técnicos de trabalho e não haver colocado em funcionamento nenhuma obra nova, senão aquelas já programadas para o ano passado?

V — Quntos são os Projetos em atraso, segundo esses cronogramas técnicos, e quais as cidades cujos usuários estão sendo prejudicados pelo descumprimento de prazos?

VI — A quanto somam os empréstimos contraídos pela TELEPAR e qual a posição do Estado perante esses compromissos, em sua condição de acionista majoritário, já que o montante pode ultrapassar a sua própria participação acionária?

VII — Que destinação específica será dada ao dinheiro arrecadado entre os usuários futuros que hoje adquirem os telefones prometidos pela TELEPAR para ampliação do sistema de Curitiba?

VIII — Quantos funcionários que desempenham atribuições de caráter técnico deixaram a TELEPAR ou foram por ela demitidos nos últimos 12 meses?

IX — Quais os motivos para a queda sensível na qualidade dos serviços telefônicos em Curitiba, com seguidas interrupções e atrasos absurdos nas reparações?

JUSTIFICATIVA: O presente pedido de informação tem o objetivo de esclarecer a opinião pública de Curitiba sobre o plano de ampliação dos serviços telefônicos lançado pela TELEPAR. Não se entende, por exemplo, como possa fixar preços e prazos, quando ainda se está em fase de habilitação de fabricantes. Ou haverá, por ventura, uma firma adrede escolhida? Sabe-se que essas empresas, solicitadas pelo Governo Federal para o plano nacional de mais um milhão de telefones, estão assoberbadas de encomendas e dificilmente estarão aptas a cumprir um trabalho com prazo marcado. Estranha-se, também, o custo preventivo, superior aos planos de ampliação do Rio, São Paulo, Santa Catarina e Londrina. Ignora-se também, que destino terá o dinheiro do povo durante o prazo de implantação das novas linhas. Anteriormente, quando se cogitou de ampliação, criou-se um Fundo Municipal de Telefones, com destinação específica e ampla fiscalização de aplicação pelo Município e classes produtoras. Finalmente, preocupa a situação do Estado como maior acionista, face aos vultuosos empréstimos contraídos pela TELEPAR, bem assim a queda da qualidade de serviços que, segundo servidores da empresa, é motivada por um exodo de técnicos por melhor remuneração e condição mais dignas de trabalho.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1972.

(a) — Erondy Silvério.

Anteriormente, quando se cogitou da expansão, criou-se um Fundo Municipal de Telefones; e esta vez não. Lançou-se o plano de expansão sem nenhuma fiscalização, sem nenhum acessoramento; sem se dizer ao povo que destino se dá aos pagamentos antecipados. Nós sabemos que só vão entregar os novos telefones daqui a 30 meses, se tudo correr bem. Mas o dinheiro está sendo cobrado já. O custo não é só 4.090.000,00, pois com a correção monetária, de 30 meses, sobre dinheiro antecipadamente pago, o custo ficará para mais de 7 mil cruzeiros por aparelho.

Estas as informações que a Casa precisa saber, com relação à ampliação da rede. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência pede licença para o nobre Deputado para interrompê-lo, mas tem a satisfação de anunciar a presença, nesta Casa, do Sr. Otávio Folda, digno Presidente do Diretório Municipal da Aliança Renovadora Nacional, de Guaraniáçu.

Dou novamente a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Outro tópico que me traz à Tribuna, diz respeito às declarações prestadas pelo advogado Renato Requião, à "Gazeta do Povo". Diz S. Senhoria: — "Resolver o problema da Segurança Pública, concedendo simplesmente aumento de salário aos policiais é o mesmo que curar a rubéola com uma simples limpeza de pele. E prossegue citando um estudo onde acentua a deficiência estrutural do aparelho de segurança pública, face "aos pronunciamentos desvirtuosos ocorridos na Assembléia Legislativa". Estranhamos que isto parta de um homem que se presume culto, que se presume um cidadão que se interessa realmente pelos assuntos comunitários.

Mas estranhamos S.S. que não deve ter lido o nosso pronunciamento porque quando o fizemos lemos o memorial do advogado Renato Requião enviado ao Governador Pedro Viriato Parigot de Souza sobre a situação dos funcionários da Secretaria de Segurança Pública.

Lemos, achamos o trabalho bom, mas achamos também que o advogado Renato Requião envedetou-se. Não tem mais interesse em ajudar a Polícia Civil do Estado, mas se transformou numa vedete. Porque não pode jamais criticar o pronunciamento de um representante do povo que há seis anos vem se preocupando com os problemas de segurança da população, porque é este o seu dever, porque recebe dos cofres públicos para isto.

Os pronunciamentos que fiz não são fruto de proximidade de eleições, não são fruto de demagogia, mas sim fruto daquilo que se escuta nas ruas a respeito de nossa Polícia Civil e das queixas que a população vem fazer a esta Casa.

Nós que lutamos no Governo Paulo Pimentel, como seu Líder, para que a Casa aprovasse Mensagem daquele Governador dando meios para a Polícia Civil se equipar para o combate ao crime, com a criação da FUNRESPOL, nos sentimos à vontade para agora lutar para que se dê meios aos policiais para que, melhor remunerados, possam melhor exercer as elevadas funções perante a sociedade.



Portanto, não aceitamos a assertiva do advogado Renato Requião. Ahamos que S.S. perdeu uma excelente oportunidade de prestar um serviço silente à população curitibana. Quis envedetar-se, quis ficar na "crista da onda", mas não será em cima deste Deputado que conseguirá isto. Nossa luta é para que em primeiro plano o Governo remunere melhor a Polícia Civil, para depois aplicar o que preconiza o advogado Renato Requião. Se o policial for esperar que o Governo faça o que aqui ele recomenda, a cidade vai ser invadida por uma onda de malfetores, de ladrões, de assaltantes e criminosos de toda a espécie, porque sabemos, com a experiência que temos da vida pública, que estes estudos não demoram menos de doze meses. Tem que se constituir um grupo de trabalho, apresentar o trabalho à Secretaria do Governo que o submeterá ao Chefe do Executivo que, por sua vez, terá que submetê-lo ao supremo Poder do povo que é o Poder Legislativo. Daqui sai a última palavra e não demora menos que doze meses. O que preconizo é que se dê uma melhoria ao policial para então fazer o estudo que restructure de uma vez por todas a carreira do Policial do Estado. Era só Sr. Presidente. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Acha-se presente, em visita à Assembléia Legislativa, o Coral VILLA-LOBOS, da cidade de Presidente Prudente — Estado de São Paulo; são 32 os seus componentes, sob a direção do Maestro Gil de Lima Genésio. Demonstraram os nossos visitantes empenho em homenagear aos Srs. Deputados, com uma demonstração dos seus dons artísticos.

A Presidência, com a aquiescência dos nobres Srs. Deputados aceita a delicadeza da homenagem e, com satisfação deixa livre o espaço, para a apresentação do Coral Villa-Lobos.

(O Coral executa duas páginas musicais).

(Palmas).

A Presidência agradece em nome de todos os Srs. Deputados ao Coral Villa-Lobos da União da Juventude Estudantil da encantadora cidade de Presidente Prudente, e através de seu regente, Maestro Gil de Lima Genésio, deseja toda a sorte, todo o êxito na participação que terão no II Festival Panamericano, na cidade de Porto Alegre. Esclarecemos ainda, que o Coral apresentou-se ontem, na Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

Ao retornarem à encantadora cidade de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, desejamos que levem as homenagens e os aplausos do povo do Paraná àquela progressiva cidade do nosso vizinho Estado, e os agradecimentos da Assembléia Legislativa do Paraná.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Proseguindo a nossa Sessão, concedo a palavra ao Sr. Deputado Armando Queiroz, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

Em recente pronunciamento, desta Tribuna, fiz tudo para alertar a opinião pública e os setores responsáveis do Estado para um fato que me parece vir somar-se como um argumento a mais na fase do que se tem convencionado chamar de marginalização do Paraná nas esferas federais. Àquela época eu havia terminado um curso na Escola do DESGUE, dos Ex-Diplomados da Escola Superior de Guerra, e, naqueles meses havíamos estudado uma série de problemas do nosso Estado entrelaçados todos eles com a política federal, em especial à política econômico-financeira.

Uma série de conferências, pronunciamentos, estudos e análises nos levaram a uma conclusão final de que o Governo Federal, através da política que vem implantando no País, havia destinado uma parcela de trabalho e uma parcela de esforço, ao nosso Estado.

Considerado como um polo agro-industrial, caberia ao Paraná desenvolver de tal forma a sua produção agrícola, que deveria apresentar, nos anos que se seguissem, uma grande evolução da sua produção — isto tudo se relacionando com a política federal de exportação, que visava de início implantar os corredores de exportação dando portanto, condições mínimas para que a exportação se avolumasse e, daquele estudo, ficou-nos a conclusão de que uma série de medidas, uma série de obras enfim, uma porção de coisas que precisavam ser feitas para que o Paraná pudesse corresponder com o trabalho que lhe devia ser dado. Inicialmente, haver-se-ia de motivar a iniciativa privada, dando-lhe estímulo e condições para produzir mais. Haver-se-ia de equipar melhor aos agentes financeiros para que dessem maior financiamento, maiores e volumosos financiamentos e ainda condições mais favoráveis àqueles que pudessem implantar. Ao lado disso, era necessário que se instalasse em diversos pontos do Estado, centros de armazenamento através de armazéns e silos e mais do que isto, que se desse ainda condições de escoamento de toda esta produção através de estradas, seja de rodagem, seja ferroviária. E o problema haveria de concluir-se no Porto de Paranaguá, que deveria ser modernizado e também ampliado.

Pois bem, diante de um trabalho gigantesco, eu não via como pudesse o Estado do Paraná, com os recursos mínguaos que tinha e tem, recursos públicos, pudesse o Estado entrosar-se nesse esquema de trabalho e sozinho, dar esta infraestrutura para que nossa exportação pudesse realmente aumentar. E eu não via a participação dos Poderes Públicos Federais, nesse empreendimento. Se era o Governo Federal que queria, que exigia e que considerava este aumento de exportação como uma necessidade do País, mister, que ele também comparecesse, que se fizesse presente, que ajudasse com os seus recursos e com recursos outros que são muitos, o nosso Estado, no preparo e conclusão desta obra de infra-estrutura.

Pois bem, naquela ocasião vim à Tribuna e fiz um pronunciamento. Abordei, no tempo que me foi destinado, assim por cima, certas situações, certas dificuldades que vinha atravessando o nosso Estado, e me manifestava como como manifestei a minha estranheza diante da maneira como vinha se comportando o Governo Federal.

Hoje estou aqui para abordar um problema mais afeto à COPEL, à política de energia elétrica do Governo Federal.

Ainda me lembro daquele pronunciamento, e aqui, na ocasião, fui inclusive apartado por inúmeros Srs. Deputados, cada um, salientando um ponto, este descaço, esta falta de atenção do Governo Federal para com o Paraná.

E hoje, nós temos, reprisando alguma coisa que foi dito, que dizer que continuamos ainda sem participação em posição e função de relevo na administração federal. É um fato que ninguém pode contestar.

E esta situação que não nos dá condições de atuar nos escalões maiores da República, tem dado motivos a queixas generalizadas e frustrações de toda a sorte. E o Paraná tem mesmo razões de se queixar.

(Lendo): "Em verdade, tais frustrações se justificam em razão da participação do Paraná nas funções decisórias federais não estarem à altura de sua crescente importância econômica, cultural e sócio-política.

É sabido como é necessária e indispensável a cobertura que advém de uma presença relevante, atuante e atenta, de homens representativos do Estado, em postos federais e em áreas ministeriais. Sem isso, é muito difícil defender ou

resguardar de soluções eventualmnte ngativas ou decepcionantes, as importantes questões de interesse estadual que tramitam naquelas esferas.

Em meados deste ano, por exemplo, o Paraná foi surpreendido com a notícia de que não mais seria obtida uma importante concessão, pleiteada desde fins de 1970 pela COPEL ao Ministério das Minas e Energia, para aproveitamento de um milhão de quilowatts do Salto Santiago, no Rio Iguaçu, a qual foi deferida à ELETROSUL, subsidiária da ELETROBRAS que opera nos três Estados do Sul.

Tal decisão do Governo Federal foi divulgada sem maiores detalhes e esclarecimentos, que permitissem conhecer seus fundamentos".

Ainda me lembro que em pronunciamento anterior dizia, no mesmo dia se dava à ELETROSUL a concessão para explosão do Salto Santiago, dava-se a uma companhia estatal do Rio Grande uma concessão a outro Salto, praticamente com as mesmas possibilidades de aproveitamento, medida que na ocasião achei esquisita, porque afinal, se dava tratamento diferente a dois Estados. Aquele discurso teve alguma repercussão, inclusive pela imprensa e também através de uma série de telefonemas que recebi e cartas que me foram encaminhadas, o que demonstrou que a tese que eu abordava vinha de encontro a interesses e perspicácia de muitos daqueles experts na análise de nossos problemas.

(Lendo): "Mas minha estranheza pelo fato do Governo Federal não dar a concessão à COPEL era perfeitamente compreensível, pois contratava com a expectativa reinante num Estado como o Paraná, que conforme então salientei, vem dando uma notável contribuição ao desenvolvimento do País, como grande Estado produtor e exportador, a gerar divisas em moedas fortes para financiar o nosso crescimento econômico.

Não obstante a concessão, dizia eu, a COPEL ficaria a médio prazo, sem disponibilidade satisfatória de energia para distribuição e teria que comprá-la em grosso para revendê-la. Na hora em que isso ocorresse, a COPEL veria drasticamente limitadas as suas possibilidades de uma contínua expansão, portanto, sem a geração de energia em suas próprias usinas, a Empresa sofreria um estrangulamento econômico-financeiro, em razão de não beneficiar-se com a redução dos custos operacionais e de não incrementar a sua capacidade de reinversão, sempre resultantes do aumento de sua escala empresarial, mediante centrais geradoras de porte.

Se agora volto ao assunto é para ressaltar que as nossas preocupações, afinal se dissiparam e que o Governo Federal, sensível ao problema, veio de esclarecer a sua política de energia elétrica com relação ao Paraná. A prova está na recente vinda ao Paraná, do Ministro das Minas e Energia. Em contato com o Governador do Estado e com a imprensa local, o Ministro Dias Leite tranquilizou os paranaenses, afirmando, em entrevista coletiva, que a COPEL não sairia prejudicada com a perda daquela concessão. O referido ato atribuiu a uma empresa do Governo Federal o encargo de construir uma usina para atender a mais de um Estado. Ao mesmo tempo, poderão ser imediatamente deferidas outras concessões ao Paraná, para construir, imediatamente, uma ou duas usinas de médio porte (da ordem de 500 mil quilowatts) capazes de atender às suas necessidades.

Disse ainda o Ministro Dias Leite que as empresas do Governo Federal irão retirar-se da distribuição, ficando somente com a geração e as linhas básicas de transmissão. Além disso, pelo menos dois terços da energia que a COPEL distribuirá, serão geradas por usinas próprias operadas pela empresa paranaense, de maneira que ela tenha assegurada a economicidade de seu sistema.

É a palavra de um Ministro de Estado, que veio em pessoa revelá-la aos paranaenses, naturalmente porque sentiu que a questão levantada em torno da concessão do Salto Santiago precisava ser perfeitamente esclarecida, a fim de que as nossas queixas e o nosso alerta não ficassem pairando no ar, conforme dissemos antes, como uma parada a mais que o Paraná perdia.

Ao registrar a fala de S. Exa., que podemos classificar de auspiciosa para o Paraná, ressalto, mais uma vez, a imperiosa necessidade, de a todo instante, nos valermos desta Tribuna, para reivindicarmos e pleitearmos tudo aquilo que é justo e de direito e que o Paraná faz e vem fazendo por merecer, nunca se esquecendo que o nosso Estado, é entre os outros, o mais desprezado nas suas contribuições ao progresso nacional.

Congratulo-me pois, com o Paraná e em particular com a COPEL, que parece ter a sua sobrevivência assegurada por uma política federal no setor de energia elétrica que, segundo a palavra de um Ministro do Presidente Médico, está atenta para os superiores interesses do nosso Estado.

No entanto, se um dos problemas se aproxima de uma solução satisfatória, é mister salientar que há muito mais ainda a se reclamar e muito mais também a se fazer".

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 112/71, de autoria do Dep. João Mansur, declara de Utilidade Pública o "Hospital Amazonas Pereira Caldas", com sede no Município de Pinhão. Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, declara de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Promoção Social Isabelense, com sede na Cidade de Santa Izabel do Ivaí. Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 132/72, de autoria do Dep. Marciano Baraniuk, declara de Utilidade Pública a "Sociedade Paranaense Divina Providência", com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 183/71, de autoria do Dep. Maurício



cio Fruct, que autoriza o Poder Executivo criar, uma Escola Profissional para recuperação de menores delinquentes, nesta Capital e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. Aprovado artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 186/71, de autoria do Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo construir uma cadeia pública e uma Delegacia de Polícia na sede do Município de Guaranicau. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.P. Aprovado artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 256/71, de autoria do Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Icaraima a Querência do Norte. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/72, de autoria do Dep. Maurício Fruct, autoriza a Comissão Executiva da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, instituir Medalhas, alusivas, como prêmio pela participação de estudantes paranaenses no Projeto Rondon e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Aprovado.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 19/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Resolve

Art. 1.º — Fica autorizada a Comissão Executiva a instituir como prêmio de participação dos estudantes paranaenses no Projeto Rondon, medalhas alusivas a este empreendimento socio-cultural, a ser entregue anualmente em solenidade a ser efetivada no Palácio 19 de Dezembro.

Art. 2.º — As medalhas, confeccionadas em ouro, terão no verso o emblema do Paraná e no anverso as palavras: Prêmio de Participação do Projeto Rondon, instituído pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e serão ofertadas a todos os participantes do Paraná, naquele Grupo de Trabalho.

Art. 3.º — As despesas decorrentes desta iniciativa correrão por conta da verba Encargos Diversos, consignação 3.1.4.0.02, do Decreto Legislativo 201/72.

Art. 4.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1972

a) — Deputado Maurício Fruct

#### JUSTIFICATIVA:

O Projeto Rondon, instituído pelo decreto n.º 62927, de 28-6-68 e reformulado pelo decreto n.º 67505 de 6-11-70, desde o início de suas atividades e sempre trazendo por lema "Integrar para não Entregar" vem se caracterizando por proporcionar ao estudante brasileiro o contato com a realidade nacional, proporcionando-lhe a futura liderança e a sua conscientização das reais necessidades do País, estimulando-o à criação de uma mentalidade nacional de participação comunitária.

Sendo uma evolução da filosofia do referido Projeto, o "Campus" avançado daquele Grupo de Trabalho é basicamente: uma área de estágios para estudantes universitários; objetivando a melhoria de sua formação profissional, a sua maior participação no desenvolvimento do País e o conhecimento das condições de trabalho no interior. As atividades realizadas pelos estudantes proporcionam o engajamento dos grupos populacionais, a integração do homem ao meio, desenvolvendo e fortalecendo as lideranças necessárias à continuidade do processo de desenvolvimento das comunidades. Assim os estudantes contribuem para melhorar o nível de vida da população interiorana, além de serem ponto de partida para o desenvolvimento do espírito comunitário.

A instituição de medalhas para a entrega aos estudantes paranaenses que participaram do Projeto Rondon, nada mais significa do que o agradecimento deste Legislativo e do povo, por ele representado, do esforço que estes jovens procuraram desenvolver pela melhoria do nosso homem do interior, abrindo-lhes novas perspectivas de vida, razão pela qual confiamos na aprovação do Projeto em tela, pelos nossos pares.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 19/72

AUTOR: Deputado Maurício Fruct

SUMULA: autoriza a Comissão Executiva a instituir como prêmio de participação dos estudantes paranaenses no Projeto Rondon, medalhas alusivas a este empreendimento socio-cultural.

#### PARECER

O nobre Deputado Maurício Fruct, pretende, com este Projeto de Resolução, autorizar a Comissão Executiva a instituir como prêmio de participação dos estudantes paranaenses no Projeto Rondon, medalhas alusivas a este empreendimento socio-cultural, a ser entregue anualmente em solenidade a ser efetivada no Palácio 19 de Dezembro.

A medida preconizada é das mais oportunas, pois trata de uma demonstração de agradecimento do Poder Legislativo aos estudantes paranaenses que pelo seu esforço e dedicação participaram do Projeto Rondon, cuja filosofia é basicamente levar o engajamento dos grupos populacionais, a integração do homem ao meio e o desenvolvimento do espírito comunitário.

Enfocado sob o prisma legal e constitucional, a medida preconizada é acertada.

Assim sendo, o Projeto se me afigura em condições de ser acolhido.

Féla aprovação.

E o parecer:

Sala das Comissões, em 16-8-72

a) — Armando Queiroz — Presidente  
Cândido M. de Oliveira — Relator

Emílio Carazzai

Bernardi Netto

Igo Lossó

Erondy Silvério

Paulo Camargo

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 19/72

#### PARECER

1.) Com a presente proposição pretende o nobre deputado Maurício Fruct autorizar a Comissão Executiva a instituir medalhas como prêmio a estudantes paranaenses pela participação no Projeto Rondon.

2.) Apreciando a matéria a douta Comissão de Constituição e Justiça considerou-a em condições de ser acolhida.

3.) No que se refere ao aspecto financeiro nada temos a objetar, pelo que posso parecer é pela sua aprovação.

E o que nos parece, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1972

aa) — Fuad Nacli — Presidente

João Fadel — Relator

Odilon Reinhardt

David Federmann

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 471/67, de autoria do Dep. Wilson Fortes, cria na cidade de Loanda o Curso Científico para funcionar no próximo ano letivo; e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 471/67

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica criado o Curso Científico na Cidade de Loanda para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários para a constituição e funcionamento do Curso Científico, previsto no Art. 1.º da presente Lei.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1967

a) — Wilson Figueiredo Fortes

#### JUSTIFICATIVA:

Loanda já está servida relativamente bem do ensino, principalmente o Ginásio e o Normal. Entretanto os jovens que concluem mo 1.º Ciclo encontram-se diante do dilema: deslocar-se para centros maiores ou retornar ao trabalho. Em ambos os casos o jovem encontra dificuldades pois buscar centros maiores requer recursos, fazendo com que poucos e apenas os de maiores posses prossigam os estudos. Quanto aos que retornam aos seus afazeres, quer no comércio, quer nas fazendas, sentem que os seus conhecimentos são insuficientes para retornar, beneficiando os contrerários.

Estas razões nos levaram a propor a criação de um Curso do 2.º Ciclo (Curso Científico), que além de beneficiar, não acarretará ônus especiais aos cofres públicos, uma vez que poderá funcionar no prédio, onde está localizado o Ginásio Estadual.

#### PROJETO DE LEI N.º 471/67

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AUTOR: Deputado Wilson Fortes

SUMULA: Cria na cidade de Loanda o Curso Científico, para funcionar no próximo ano letivo e dá outras providências.

#### PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevamos os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação, tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

#### ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contradição é a de que a "lei autoriza despesas".

#### ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc.;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

#### ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispõe que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa, 4.178, em seu artigo 30, de 5 de Dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênha aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:



a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória:

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralelo a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1971

aa) — Presidente —  
Igo Losso — Relator  
Cândido Martins de Oliveira — vencido  
Gilberto Carvalho  
Muggiati Filho  
Sebastião Rodrigues Júnior  
Acyr José

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 471/67

AUTOR: Wilson Fortes

SÚMULA: Cria na cidade de Loanda o Curso Científico para funcionar no próximo ano letivo, e dá outras providências.

#### PARECER

Meramente autorizatório, o presente projeto de lei não traz nenhuma implicação de ordem financeira.

De alto alcance, quanto ao mérito, somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em agosto de 1971

aa) — Leopoldo Jacomet — Presidente  
Ovídio Franzoni — Relator  
Santos Lima  
Fuad Nacli

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 471/67

#### PARECER

1.) O deputado Wilson Fortes, através do Projeto de Lei em exame, autorizará o Poder Executivo a criar na cidade de Loanda, o curso científico para funcionar no próximo ano letivo.

2.) A oportunidade da criação do referido curso está plenamente justificada pelo próprio autor.

3.) Além disso a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Finanças já se manifestaram favoráveis a criação do curso.

4.) Nestas condições, dada a legalidade e objetividade do plano de lei, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em de 1972

aa) — Antônio Lopes Júnior — Presidente  
Gabriel Manoel — Relator  
Arizone Araújo

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 210/71, de autoria do Dep. Ivo Tomazoni, transfere à responsabilidade do D.E.R. a estrada que liga Vila Grapia, no Município de Salto do Lontra, Vila Estrela do Iguaçu, a Porto Bonito, no Município de Catanduvas. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., COM SUBSTITUTIVO (anexo Projeto de Lei n.º 239/71, de autoria do Dep. Sebastião Rodrigues Júnior, tratando de idêntica matéria). — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 210/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferido à responsabilidade do D.E.R., a estrada que liga a Vila Grapia, no Município de Salto do Lontra, via Estrela do Iguaçu, ao Porto Bonito, no Município de Catanduvas, numa extensão de 12 kms., aproximadamente.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1971.

a) Dep. Ivo Tomazoni

#### JUSTIFICATIVA:

A estrada supra mencionada é de muita importância não só pela simples razão da ligação inter-municipal, como pelo melhor escoamento da economia regional.

Por ligar dois importantes centros, a estrada, entregue à responsabilidade do D.E.R., estará sempre em melhores condições de facilitar trânsito, pela constante conservação e manutenção técnica.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 210/71

AUTOR: Deputado Ivo Tomazoni

SÚMULA: Passa à responsabilidade do D.E.R., a estrada que especifica, no Município de Salto do Lontra.

#### PARECER

1) — Pretende o nobre Deputado Ivo Tomazoni, com este plano de Lei, passar à responsabilidade do D.E.R., a estrada que liga a Vila Gracia, no Mu-

nício de Salto do Lontra, ao Porto Bonito, no Município de Catanduvas, numa extensão de 12 kms.

2) — A medida preconizada está devidamente justificada, merecendo o projeto a nossa acolhida, nos termos do substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1972

aa) — Armando Queiroz — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Luiz Roberto Soares

Santos Lima

Maurício Fruct

Cândido M. de Oliveira

Emílio Carazzai

Muggiati Filho

#### SUBSTITUTIVO

AO PROJETO DE LEI N.º 210/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que, passando por Vila Estrela do Iguaçu, liga a Vila Grapia, no Município de Salto do Lontra, ao Porto Bonito, no Município de Catanduvas, numa extensão de 12 kms. aproximadamente.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

aa) Armando Queiroz — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 210/71

1) — Através do presente projeto de lei, pretende o nobre Deputado Ivo Tomazoni, transferir à responsabilidade do D.E.R., a estrada que liga a Vila Grapia, no Município de Salto do Lontra, ao Porto Bonito, no Município de Catanduvas, numa extensão aproximada de 12 quilômetros.

2) — Sobre a matéria pronunciou-se a douda Comissão de Constituição e Justiça, opinando pela sua aprovação na forma de substitutivo que apresentou.

3) — A proposição está bem justificada, pelo que nosso parecer é a também, pela sua aprovação.

É o parecer. s. m. j.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972

aa) Fuad Nacli — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

David Federmann

Antonio Belinati

João Fadel

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 210/71

I — Visa o presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Ivo Tomazoni, transferir à responsabilidade do D.E.R., a estrada que liga a Vila Grapia, no Município de Salto do Lontra, ao Porto Bonito, no Município de Catanduvas, numa extensão de 12 kms. aproximadamente.

II — Sobre o mesmo já opinaram favoravelmente as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

III — No mérito, que cabe a esta Comissão opinar, nada há que se oponha, daí nos manifestarmos pela sua aprovação, na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Justiça.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em de junho de 1972.

aa) Bersari Netto — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Hélio Manfrinato

Xenofonte Villanueva

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 265/71, de autoria do Dep. Fabiano Braga Côrtes, autoriza o Poder Executivo estadualizar para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Imbaú à cidade de Telemaco Borba. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — COM SUBSTITUTIVO. Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 265/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

no Braga Côrtes, autoriza o Poder Executivo estadualizar para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a localidade de Imbaú na estrada do Café, à cidade de Telemaco Borba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1971.

a) Dep. Fabiano Braga Côrtes

#### JUSTIFICATIVA:

A estrada cuja estadualização propomos está no momento atual, graças a boa vontade do Exmo. Sr. Governador Haroldo Leon Peres, tendo seu asfaltamento concluído. Ela é fruto do convênio entre uma indústria de papel, a KLABIN, e o Governo do Estado. É uma aspiração de 20 anos que somente agora, no atual período administrativo, se concretiza. E, para que, em definitivo se incorpore como realização estadual, e de um Governo que traça seus rumos sem olhar para o passado, é que pedimos sua estadualização, contando com o apoio de todos os senhores deputados.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 265/71

AUTOR: Deputado Fabiano Braga Côrtes

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a estadualizar estrada, para fins de melhoria e conservação.

#### PARECER

1) — Com a presente proposição pretende o nobre Deputado Fabiano B. Côrtes, autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga a localidade de Imbaú, na rodovia do Café, à cidade de Telemaco Borba.

2) — A justificativa apresentada demonstra a oportunidade do Projeto.

3) — Por tratar-se de mera autorização legislativa não fere qualquer disposição legal ou constitucional, pelo que opinamos pela sua aprovação, com a seguinte redação que propomos para o seu art. 1.º, que melhor atende à técnica legislativa:



"Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a localidade de Imbaú, na Rodovia do Café, à cidade de Telemaco Borba".

É o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Luiz Roberto Soares

Santos Lima

Cândido M. de Oliveira

Muggiati Filho

Emílio Carazzai

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 265/71

1) — Através da presente proposição pretende o nobre Deputado Fabiano Braga Cortes, autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga Imbaú à Telemaco Borba.

2) — Sobre o Projeto a douta Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer favorável, apresentando emenda substitutiva ao seu artigo 1.º, melhor enquadrado na técnica legislativa.

3) — Quanto ao aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação, nos termos da emenda apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

David Federmann — Relator

Odilon Reinhardt

João Fadel

#### Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N. 265-71

1) — Visa a presente Proposição, de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Cortes, transferir à responsabilidade do D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a localidade de Imbaú, na Rodovia do Café, a cidade de Telemaco Borba.

2) — Sobre a mesma já opinam favoravelmente as Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

3) — Quanto ao mérito, que cabe a esta Comissão examinar, nada há que se opor, razão pela qual opinamos pela sua aprovação, na forma da Emenda apresentada pela Comissão de Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de junho de 1972.

aa) Borsari Netto — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Hélio Manfrinato

Aryzone Araujo

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 21-72, de autoria do Dep. Borsari Netto, declara de Utilidade Pública, a Associação Universitária do Departamento de Edificações e Obras Especiais, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

##### PROJETO DE LEI — N. 21-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Universitária do Departamento de Edificações e Obras Especiais", com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1972.

a) Dep. Francisco Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

A "Associação Universitária do DEOE", é uma entidade que, criada em 1970, veio a atender um dos anseios do pessoal de nível universitário do nosso Departamento de Edificações e Obras Especiais.

Além de representar a classe, promove o seu conagração, ensinando através de realizações o aperfeiçoamento técnico-cultural dos seus sócios. Foi criada através de modificação estatutária do antigo Clube de Advogados do DEOE, acolhendo assim toda a classe universitária que compõe o quadro de pessoal desse Departamento, permitindo-lhe beneficiar-se das diversas atividades e serviços que prestar desinteressadamente.

Estando satisfeitas as exigências da Lei que regula a matéria conforme documentação anexo, entendemos ser justo e oportuno que o Poder Público, através de diploma legal, reconheça a sua Utilidade Pública: Pedimos, para tanto, o apoio de nossos nobres Pares.

#### Comissão de Constituição e Justiça

##### PROJETO DE LEI N. 21-72

AUTOR: Dep. Borsari Netto

SUMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação Universitária do Departamento de Edificações e Obras Especiais, com sede nesta Capital.

#### PARECER

O nobre Deputado Borsari Netto, pretende com este plano de Lei, autorizar o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Associação Universitária do Departamento de Edificações e Obras Especiais, com sede nesta Capital.

O Projeto de Lei está devidamente justificado, bem como instruído com a documentação comprobatória de que a entidade preenche os requisitos exigidos pela legislação que rege a matéria, daí porque nos manifestamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1972

aa) Armando Queiroz — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Cândido M. de Oliveira

Erondy Silvério

Santos Lima

Maurício Fruct

Ovidio Franzoni

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 78-72, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que autopriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à Irayde França Assad, viúva de ex-Delegado de Polícia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

##### PROJETO DE LEI N. 78-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à Irayde França Assad, viúva do ex-Delegado de Polícia Espiridião Assad.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta lei correrá à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1972.

a) Dep. Cândido Manoel Martins de Oliveira.

#### JUSTIFICATIVA:

A Senhora Irayde França Assad, é viúva do ex-Delegado de Polícia do Município de Palmeira, Sr. Espiridião Assad, que por longos anos exerceu essas funções com dedicação e zelo.

Com o seu falecimento, a viúva ficou inteiramente desprovida de recursos necessários à sua subsistência, conforme comprovam os documentos anexos.

Por essas razões é que submetemos o presente plano de lei à apreciação dos nobres pares, para o qual esperamos receber o seu indispensável apoio.

AUTOR: Dep. Cândido M. de Oliveira

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 à Irayde França Assad, viúva do ex-Delegado de Polícia.

#### PARECER

O presente plano de lei, ora submetido a apreciação desta Comissão, de autoria do nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à Irayde França Assad, viúva do ex-Delegado de Polícia de Palmeira.

O projeto mencionado está devidamente justificado na forma regimental e acompanhado de documentos que comprovam a situação de pobreza em que vive a viúva de um ex-Delegado de Polícia que por longos anos exerceu suas atividades no Município de Palmeira.

Trata-se de Lei meramente autorizatória e não fere qualquer preceito de ordem legal ou constitucional.

Quanto a sua oportunidade nada a opor.

Em face das razões expostas somos pela sua aprovação.

É o parecer

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972

aa) Armando Queiroz — Presidente

Igo Losso — Relator

Erondy Silvério

Ovidio Franzoni

Paulo Camargo

Emílio Carazzai

Santos Lima

Maurício Fruct

#### Comissão de Finanças

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N. 78-72

1) — Visa a presente proposição, de autoria do nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, autorizar o Poder Executivo a conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à viúva Irayde de França Assad, viúva de ex-Delegado de Polícia.

2) — Sobre a mesma já opinou favoravelmente a douta Comissão de Constituição e Justiça.

3) — Quanto ao aspecto financeiro, que cabe a esta Comissão examinar, nada há que se opor, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

Antonio Belinati — Relator

Antonio L. Junior

Jorge Sato

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 107-72, de autoria do Dep. João Fadel, denomina "Dr. Silvio Bittencourt Linhares", o Hospital Estadual da cidade de Antonina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.S.P. — **Aprovado.**

##### PROJETO DE LEI N. 107-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado "Dr. Silvio Bittencourt Linhares" o Hospital Estadual de Antonina, localizado na cidade do mesmo nome, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de julho de 1972.

a) Deputado João C. Fadel

#### JUSTIFICATIVA:

O saudoso Dr. Silvio Bittencourt Linhares, cuja memória pretendemos perpetuar através da imposição de seu nome ao Hospital Estadual de Antonina conforme previsto neste projeto de lei, foi médico humanitário que levou o exercício da profissão até o sacrifício pessoal, mercê de sua dedicação extrema e compreensão do verdadeiro dever do médico perante sua comunidade.

O sempre lembrado Dr. Silvio Bittencourt Linhares logo após formado ingressou no serviço público pela Secretaria de Saúde Pública do Paraná e ali, sempre por merecimento, ascendeu a todos os cargos de chefia da estrutura daquele órgão, tendo sido, com inextinguível zelo, Diretor da Saúde Pública, Chefe da Divisão da Tuberculose e, ultimamente, Diretor do Hospital Estadual de Antonina no qual conquistou o apreço a admiração e o respeito de toda a população daquela progressista cidade.

O pranteado Dr. Silvio Bittencourt Linhares cumpriu cerca de 35 (trinta e cinco) anos de exercício profissional no serviço público com uma dedicação e um interesse acima do que seria esperar-se para um servidor em cuja carreira e remuneração nunca foi um atrativo e as reconhecidas falhas



no aparelhamento da estrutura técnica são um constante obstáculo ao eficiente desempenho do trabalho médico.

Assim e entendendo que o Poder Público deve reverenciar aqueles que, integrando seus quadros, por sua honra e dignidade souberam elevar, pelo conceito perante a comunidade, tempo por oportuna a apresentação do presente projeto de lei pois, aprovado, fará ele justiça ao médico, ao servidor público e ao cidadão, que todos nós devemos citar como exemplo quando quisermos definir o trabalho, a competência e a honestidade.

Os nobres Deputados certamente também assim o entenderão e darão a este seu honroso e indispensável apoio.

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**PROJETO DE LEI N. 107-72**

**PARECER**

1.) Visa o presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado João Fadel, denominar "Dr. Silvio Bittencourt Linhares", o Hospital Estadual de Antonina.

2.) — A homenagem é justa, pois se estará reverenciando a memória de uma das figuras mais ilustres, cultas e dinâmicas do Paraná, que galgou os mais elevados postos na administração pública, tendo cumprido sempre, com extremo zelo os seus deveres de cidadão e de verdadeiro médico humanitário para com a comunidade.

3.) — Como diretor do Hospital Estadual de Antonina conquistou apreço, admiração e respeito de toda a população daquela progressista comunidade paranaense.

4.) — Pela oportunidade de que se reveste o projeto e ainda pela sua legalidade e constitucionalidade, somos pela sua aprovação.

É o parecer

Sala das Comissões, em 9 de agosto de 1972

aa) Armando Queiroz — Presidente  
Maurício Fruet — Relator  
Ovidio Franzoni  
Borsari Netto  
Paulo Camargo  
Emílio Carazzai  
Muggiati Filho

**Comissão de Saúde Pública**  
**PROJETO DE LEI N. 107-72**

**PARECER**

Justa é a homenagem que se pretende prestar ao saudoso "Dr. Silvio Bittencourt Linhares", que como Diretor do Hospital Estadual de Antonina, deu o melhor de si para a boa administração daquele nosocomio, até hoje muito lembrado tem sido a figura daquele médico pela população Capelista. Pela oportunidade, legalidade e constitucionalidade do presente projeto de lei, somos pois, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1972.

aa) David Federmann — Presidente e Relator  
Maurício Fruet

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Basílio Ravanholi. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Antonio Costa, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Des. Eduardo Xavier da Veiga. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao sr. Governador do Estado, no sentido de abrir um Crédito Extraordinário, para auxiliar a Prefeitura de Tamboara. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná solicitação do Sr. Prefeito Municipal de São Miguel do Iguaçu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de proceder-se reforma geral no prédio onde se encontra instalado o Grupo Escolar do distrito de Vera-Guarani. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de Redação Final a vários Projetos de Resoluções e de Lei. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Colégio Santa Maria, por ter se sagrado campeão dos "Jogos Maristas de 1972". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Erondy Silvério lida da Tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Viação sobre o plano de ampliação dos serviços telefônicos lançados pela Telepar. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão marcando outra para amanhã, dia 12, quinta-feira, a Hora Regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

Redação Final — dos Projetos de Resolução n.s 1-72 e 27-72 e dos Projetos de Lei nrs: 103-70; 154-70; 58-71; 203-71 e 1-72.

3.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 19-72 e dos Projetos de Lei n.s 471-67; 210-71; 265-71; 21-72; 28-72 e 107-72.

2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.s 254-70, 290-70 e 119-72.

1.a Discussão — dos Projetos de Lei nrs. 51-70 e 33-72.

Levanta-se a Sessão.

**ATAS DAS COMISSÕES:**

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**7.a LEGISLATURA — 2.a SESSÃO LEGISLATIVA**  
**ATA DA 15.a REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos treze dias do mês de setembro, do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às dezesseis horas, após o termino da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Mauricio Fruet e presentes os Senhores Deputados Muggiati Filho, Ovidio Franzoni, Erondy Sil-

vério, Cândido Martins de Oliveira e Igo Losso. Havendo número legal o Senhor Presidente, Deputado Mauricio Fruet declarou abertos os trabalhos. Aprovada, sem restrições, a Ata da reunião anterior, após haver sido requerida dispensa de leitura, pelo Senhor Deputado Igo Losso. Nada havendo para constar, passou-se a Ordem do Dia: com os seguintes Projetos de Lei e Proposições: 1) — PROJETO DE LEI N. 10-72, de autoria do Senhor Deputado Domicio Scaramella. Autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Bituruna ao de Pinhão. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N. 52-72, de autoria do Senhor Deputado Mauricio Fruet. Autoriza o Poder Executivo denominar Dr. Edgar Távora, um Estabelecimento de Ensino de Segundo Grau, desta Capital. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer: Favorável, solicitando ainda que seja aplicado o disposto no artigo 126 do Regimento Interno, isto é, que seja anexado ao Projeto de Lei n. 41-72, por ser matéria idêntica. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N. 102-72, de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias. Declara de utilidade pública o Centro Acadêmico Pedreira de Freitas, pertencente à Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, Fundação de Ensino Superior de Londrina. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N. 129-72, de autoria do Senhor Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Pia Sociedade Beneficente Hospital Nossa Senhora das Dores, do Município de Guaraniáçu. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável com Substitutivo Geral. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N. 139-72, de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt. Declara de utilidade pública a Fundação da Indústria Turística para Reclusos e Menores de Cascavel — Fiturmel, com sede e foro na cidade de Cascavel. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: favorável. — Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N. 140-72, de autoria do Senhor Deputado Candido Martins de Oliveira. Autoriza o Poder Executivo a criar no Município de Chopinzinho, o Distrito Administrativo de Saudades, com sede e divisões que especifica. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer: favorável, solicitando que seja anexado ao projeto de lei que criou o Município de Francisco Alves. Deferido. 7) — PROJETO DE LEI N. 143-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 129-72, encaminhando anteprojeto de Lei que eleva os salários mínimos fixados para a Capital do Estado, o valor das atuais pensões de que tratam as Leis nrs. 4-763 de 5-11-63 e 54-63 de 22-11-63, e dá outras providências. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável com Substitutivo Geral. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N. 144-72, de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin. Dá nova redação ao artigo 3.º da Lei n.º 6.314 de 24-8-72, que criou o Município de Francisco Alves. Relator Deputado Cândido Martins de Oliveira. Parecer: favorável. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N. 36-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 1-71, encaminhando anteprojeto de lei que visa criar, na Procuradoria Geral da Justiça, os cargos de 11.º, 12.º e 13.º Procuradores Geral da Justiça. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer: pelo arquivamento, em virtude da Mensagem n. 32-72. Aprovado. 10) — PROJETO DE LEI N. 240-71, de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati. Declara de utilidade pública a Associação Metodista de Assistência Social (AMAS), da cidade de Londrina. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios votados às PROPOSIÇÕES Nos 167-72, 168-72, 173-72, 175-72, 176-72, 177-72, 179-72, 180-72, 181-72, 182-72 e 184-72, todos concluindo que os vetos estão em condições de ser apreciados pelo Plenário. O Senhor Presidente solicita que seja constada em Ata a presença na reunião, do Senhor Deputado Fúad Nacif. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Deputado Mauricio Fruet, encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, na próxima reunião desta Comissão, será assinada pelo Senhor Presidente, por mim, Rita Celestino Soares, Secretária da Comissão.

Maurício Fruet — Presidente  
Rita Celestino Soares — Secretária

**TÉRMO DE ATA**

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às quinze horas e trinta minutos após o término da Sessão Plenária, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, compareceram os Senhores Deputados Mauricio Fruet, Emílio Carazzai, Luiz Roberto Soares, Erondy Silvério e Santos Lima, com o fim de realizar a 16.a Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. Não havendo número legal, o Senhor Presidente em exercício, Deputado Mauricio Fruet, não abriu os trabalhos. Nada sendo decidido. Nada havendo para constar foi lavrado o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado por todos os Membros, será assinado pelo Senhor Presidente, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária da Comissão.

Maurício Fruet — Presidente  
Rita Celestino Soares — Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**7.a. LEGISLATURA — 2.a. SESSÃO LEGISLATIVA**  
**ATA DA 27.a REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos três dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cândido M.M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Basílio Zanusso, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 103-70 — autor Poder Executivo — Mensagem n. 17-70, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná, dos lotes n.os 6, 7, 8, 9, 10 e 17, do Núcleo Cavoca, Mun. de Antonina. PROJETO DE LEI N. 154-70 — autor deputado Ivo Thomazoni, que cria uma Circunscrição de Trânsito em Francisco Beltrão, com jurisdição nos Municípios que especifica. PROJETO DE LEI N. 58-71 — autor deputado Antônio Lopes Júnior, que dispõe sobre a credenciação pelo Detran, de entidades para realização de exames psicotécnicos. PROJETO DE LEI N. 202-71 — autor deputado Ivo Thomazoni, que transfere à responsabilidade do D.E.R., a estrada que liga Nova Prata no Mun. de Salto do Lontra a Porto Pereira, Mun. de Capitão Leônidas Marques, passando por Nova Ge-



nebra e Linha Guarani. PROJETO DE LEI N. 1-72 — autor deputado João Mansur, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Professor Brandão, desta Capital. PROJETO DE LEI N. 20-72 — autor deputado David Federmann, que declara de utilidade pública a Casa da Amizade de Ponta Grossa, com sede e foro em Ponta Grossa. PROJETO DE LEI N. 39-72 — autor deputado Fabiano B. Cortes, que declara de utilidade pública a Liga Comunitária de Combate ao Tóxico — LICOPAR, desta Capital. PROJETO DE LEI N. 99-72 — autor deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Estadual de Jacarezinho, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N. 111-72 — autor Poder Executivo — Mensagem n. 28-72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva conceder à Petrobras — Petróleo Brasileiro S.A., isenção de pagamento do imposto de transmissão de bens imóveis adquiridos com o objetivo de instalar complexo industrial inerentes às suas finalidades. PROJETO DE LEI N. 144-72 — autor deputado Francisco Escorsin, que dá nova redação ao artigo, 3.º, da Lei n. 6.314, de 24-8-72, que criou o Município de Francisco Alves. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 1-72 — autor deputado Maurício Fruet, que institui curso destinado a divulgar a importância do Poder Legislativo no Desenvolvimento do Estado do Paraná, e dá outras providências. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 27-72 — autor Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n. 146-72, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a União Federal, objetivando execução a nível estadual do Sub-Programa de Apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes — AGIPLAN — visando acelerar a produção e utilização de sementes melhoradas, segundo o Plano Nacional de Sementes — PLASEM. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotó-Maior, secretário desta Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente  
a) LELIO GUIMARÃES SOTTO-MAIOR — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 108-70  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar a Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná, com sede nesta Capital, os lotes nos 6, 7, 8, 9, 10 e 17, do Núcleo Cavoca, Município de Antonina, com área total de 193,0 ha. (cento e noventa e três hectares).  
Art. 2.º — A área de terras de que trata o artigo anterior será destinada à formação da granja da Fundação casa do Estudante Universitário do Paraná, revertendo ao patrimônio do Estado, caso lhe seja dada outra destinação.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-10-72

aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO e MUGGIATI FILHO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 154-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada a Circunscrição de Trânsito de Francisco Beltrão, com jurisdição sobre os Municípios de Francisco Beltrão, Marmeleiro, Enéas Marques, Salto do Lontra, Ampere, Santa Izabel D'Oeste, Realeza e Salgado Filho.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-10-72

aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO e MUGGIATI FILHO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 58-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Departamento de Trânsito credenciará profissionais e entidades especializadas, para a realização de exames psicotécnicos.

Art. 2.º — A credenciação obedecerá a processo desenvolvido perante o Departamento de Trânsito, em que se provem os seguintes requisitos:

- I — registro na Saúde Pública;
- II — inscrição na entidade ou associação de classe;
- III — quitação com as Fazendas Públicas, dos tributos específicos;
- IV — idoneidade científica; e
- V — tabela de preços devidamente aprovada pela autoridade competente; e
- VI — identificação completa dos responsáveis e dirigentes.

Parágrafo único. O requisito estabelecido no inciso IV, deste artigo, será comprovado mediante a apresentação do diploma do responsável, devidamente registrado.

Art. 3.º — A perda, por qualquer motivo, de um dos requisitos do artigo anterior, implica em cassação "ex-officio" da credencial, de cujo ato o Diretor do Departamento do Trânsito dará publicidade.

Parágrafo único. A obtenção de nova credencial dependerá de processo que somente poderá ser iniciado após 1 (um) ano da cassação da credencial original.

Art. 4.º — O Poder Executivo regulamentará, dentro em 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei, as disposições normativas estabelecidas.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-10-72

aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO e MUGGIATI FILHO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 208-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferido à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem a estrada que liga o Distrito de Nova Prata, no Município de Salto do Lontra ao Porto Pereira, no Município de Capitão Leônidas Marques, passando por Nova Genebra e Linha Guarani.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-10-72

aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO e MUGGIATI FILHO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 1-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Professor Brandão, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-10-72

aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO e MUGGIATI FILHO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 20-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Casa da Amizade de Ponta Grossa, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-10-72

aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO e MUGGIATI FILHO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 39-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Liga Comunitária Paranaense de Combate ao Tóxico, LICOPAR com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-10-72

aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO e MUGGIATI FILHO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 99-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Estadual de Jacarezinho, como resultante da incorporação e congregação de estabelecimentos isolados de Ensino Superior, mantidos direta ou indiretamente pelo Estado na referida cidade.

§ 1.º — O estabelecimento de ensino de que trata este artigo será organizado como fundação de direito público e de conformidade com as prescrições das legislações federal, estadual e desta Lei.

§ 2.º — A denominação oficial da entidade será a do estabelecimento de ensino, antecedido da designação Fundação.

§ 3.º — Concomitantemente com o ato de criação, o Poder Executivo decretará a extinção da personalidade individual ou autônoma de sua entidade mantenedora e, se for o caso, de cada estabelecimento de ensino incorporado ou congregado.

Art. 2.º — A entidade terá personalidade jurídica própria, a partir do ato legal de posse do Reitor da Universidade, e gozará de autonomia didática-científica, administrativa e financeira, a qual será exercida na forma da lei e dos estatutos.

Art. 3.º — O Estado designará bens livres e suficientes para a instituição do fundo a personalizar, bem assim fixará recursos financeiros globais na Lei Geral do Orçamento do Estado, aqueles para formação do patrimônio básico, este para receita essencial de manutenção da entidade.

Art. 4.º — O Pessoal Docente da entidade será organizado e regido pelas normas das legislações federal, estadual e desta Lei.

Art. 5.º — Todo o pessoal da entidade será contratado de acordo com a legislação trabalhista, fixando os contratos, em cada caso, o regime de trabalho, sua duração, a forma e o montante da remuneração.

Parágrafo único. Na hipótese de a entidade servir-se de funcionários da administração pública direta deverão estes submeter-se integralmente ao regime de trabalho da entidade.

Art. 6.º — A Universidade e demais estabelecimentos de Ensino Superior prestarão contas, nos prazos e forma exigidos pela contabilidade pública, perante o órgão próprio do Estado.

Art. 7.º — O patrimônio inicial da entidade, afora os que o Estado houver por bem destinar, se constituirá:

a) — dos imóveis, móveis, equipamentos e instalações dos estabelecimentos incorporados ou congregados, bem assim todos os bens pertencentes à instituição mantenedora, em gozo ou não de personalidade jurídica própria criada pelo Estado;

b) — dos saldos dos exercícios financeiros dos estabelecimentos incorporados ou congregados e os da respectiva entidade mantenedora;

c) — dos auxílios, doações, legados e outros, oriundos de pessoas naturais ou entidades públicas ou privadas, relativos aos estabelecimentos incorporados ou congregados e a instituição mantenedora.

Art. 8.º — A receita da entidade se constituirá:

a) — dos recursos financeiros globais, para a manutenção e desenvolvimento da entidade, fixado em orçamento anual do Estado;

b) — auxílio e doações dos municípios ou quaisquer outras pessoas;

c) — das rendas patrimoniais;

d) — dos rendimentos de serviços prestados;

e) — da contribuição escolar.

Art. 9.º — Os recursos obtidos de anuidades pagas pelos estudantes regulares, bem como a restituição do valor das bolsas, na forma da recomendação constitucional, serão utilizados prioritariamente para assegurar bolsas a alunos de recursos menores ou insuficientes.

Parágrafo único. Os recursos provenientes das taxas assistenciais reverteram para esses mesmos fins.

Art. 10 — Para proceder às medidas preliminares de incorporação ou congregação, será constituída uma Comissão Instituidora, composta de 2 (dois) membros representantes da Congregação de cada um dos estabelecimentos de ensino interessados, à qual competirá:



I — elaborar, no prazo de 30 (trinta) dias, o anteprojeto de estatutos da entidade e submetê-lo à aprovação, em caráter intemporal ao Chefe do Poder Executivo;

II — eleger os nomes que comporão a lista sêxtupla, a ser submetida ao Chefe do Poder Executivo, para nomeação do Reitor e do Vice-Reitor;

III — praticar os atos necessários ao seu desempenho e os que lhes forem solicitados pelo Poder Executivo.

§ 1.º — O anteprojeto de estatutos aprovado em caráter intemporal será publicado no Diário Oficial do Estado, e pelas suas disposições se estabelecerão os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades civis, até sua final aprovação em definitivo pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2.º — A lista referida no item II deste artigo será apresentada dentro de 15 (quinze) dias contados da publicação dos estatutos, mencionada no parágrafo primeiro.

Art. 11 — Nomeado e empossado o Reitor, fará este as gestões necessárias à preparação do processo de pedido de autorização ou reconhecimento da entidade, ao Presidente da República, na forma da Lei.

Parágrafo único. Empossado o Reitor, extinguir-se-á, automaticamente, a Comissão Instituidora.

Art. 12 — Concedida a autorização ou reconhecimento pelo Governo Federal, serão os estatutos respectivos aprovados, em caráter definitivo pelo Chefe do Poder Executivo, ao qual competirá fixar a data da instalação solene da entidade.

Art. 13 — O ato legal da criação e instituição da entidade conterá entre outros peculiares a organização, funcionamento, cronograma de implantação, os seguintes elementos:

I — a denominação oficial da entidade;

II — a declaração de sua forma de fundação e de sua natureza de pessoa jurídica de direito público, com personalidade e capacidade jurídica próprias;

III — a declaração de gozo de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, nos termos da lei e dos estatutos;

IV — a designação do patrimônio a personalizar;

V — a declaração da extinção das entidades a que se refere o parágrafo terceiro do artigo primeiro desta Lei;

VI — a nomeação dos membros integrantes da Comissão Instituidora e de seu Presidente.

Art. 14 — Tendo em vista suas finalidades e o caráter de utilidade nacional, a entidade entrará em entendimento com os municípios e instituições interessadas do distrito geo-educacional respectivo, a fim de obter auxílios, regalias e facilidades fiscais, e outras formas de cooperação.

Art. 15 — Ficam ressalvados os direitos adquiridos de todo pessoal pertencentes aos estabelecimentos de ensino incorporados ou congregados.

Art. 16 — Para os efeitos da criação da Universidade fica autorizado o Poder Executivo a extinguir por decreto o cargo, função ou emprego de diretor de estabelecimentos de ensino superior e substituí-lo por Coordenador, até aprovação definitiva dos Estatutos da Universidade.

Art. 17 — No órgão Colegiado deliberativo de maior relevância da Universidade haverá um representante do Estado, com direito a voto, designado pelo Secretário da Educação e Cultura.

Art. 18 — As entidades declaradas extintas, nos termos do parágrafo terceiro do artigo primeiro desta Lei, serão dissolvidas e liquidadas na forma e para os fins legais, sob a orientação do Reitor da entidade incorporadora ou congregadora respectiva.

Art. 19 — Em todo o período de transição do regime de estabelecimentos de ensino isolados para o de Universidade, observar-se-á:

I — nenhuma alteração se fará no vigente processo de provisão de recursos financeiros a cada um dos estabelecimentos incorporados ou interessados, até que a implantação do processo seguinte garanta normalidade no cumprimento das obrigações financeiras;

II — não se interromperá a atividade letiva de qualquer dos estabelecimentos de ensino interessados.

Art. 20 — Ficam criados no Quadro do Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura 1 (um) cargo em comissão símbolo 1-C, de Reitor de Universidade, e 2 (dois) cargos de Secretário Geral de Universidade, símbolo 4-C

Parágrafo único. Os cargos de que trata este artigo, extinguem-se automaticamente com a aprovação definitiva dos Estatutos pelo Governo Federal.

Art. 21 — O orçamento da Universidade entrará no Orçamento Geral do Estado como órgão de execução delegada da Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura.

Art. 22 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Educação e Cultura, no corrente exercício, um crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), destinados a cobrir as despesas com a execução da presente Lei.

Art. 23 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de outubro de 1972.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente

BÁSILIO ZANUSSO e MUGGIATI FILHO — Relatores

# REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 111-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica isenta do pagamento do imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direito a eles relativos a Petrobras — Petróleo Brasileiro S.A., em relação aos bens imóveis ou direitos, adquiridos com o objetivo de neles instalar qualquer complexo industrial inerente às suas finalidades.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-10-72.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente

BÁSILIO ZANUSSO e MUGGIATI FILHO — Relatores

# REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 144-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O artigo 3.º da Lei n.º 6.314, de 24 de agosto de 1.972, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data em que obtiver a aprovação de que trata o art. 1.º, Parágrafo único, do Ato Complementar n.º 46, de 7 de fevereiro de 1.969”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-10-72.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente

BÁSILIO ZANUSSO e MUGGIATI FILHO — Relatores

# REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 1-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica instituído, um concurso destinado a divulgar a Importância do Poder Legislativo ao Desenvolvimento do Estado do Paraná, a ser patrocinado por esta Casa.

Art. 2.º — Este concurso será efetivado e mduas categorias, sendo que a primeira será destinada a alunos de grau ginasial e colegial, matriculados em colégios públicos ou particulares do Estado, e a segunda para jornalistas profissionais do Estado do Paraná.

Art. 3.º — Ficam instituídos os seguintes prêmios para o citado concurso: Classe estudantil: 1.º lugar — Uma bolsa de estudos para qualquer Faculdade particular do Estado, à escolha do vencedor;

2.º e 3.º lugares — Uma bolsa de estudos para cursos pré-vestibulares, à escolha dos premiados.

Para Jornalistas: 1.º lugar ..... Cr\$ 5.000,00

2.º lugar ..... Cr\$ 3.000,00

3.º lugar ..... Cr\$ 2.000,00

Art. 4.º — Os trabalhos apresentados serão julgados.

Na classe estudantil: Por uma Comissão composta por um representante da Secretaria de Educação, que presidirá a Comissão, um membro da Diretoria da Associação dos Professores do Paraná e dois Deputados deste Poder Legislativo.

Para classe de imprensa, os trabalhos serão apreciados por uma Comissão composta por dois Jornalistas deste Poder Legislativo, um representante do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, e um Deputado, que presidirá o julgamento.

Art. 5.º — Os atos atinentes à regulamentação deste Concurso, serão complementados pela Comissão Executiva deste Poder Legislativo, num prazo de 30 dias.

Art. 6.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-10-72.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente

BÁSILIO ZANUSSO e MUGGIATI FILHO — Relatores

# RESOLUÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 27-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 14 de julho de 1.972, entre o Estado do Paraná, representado pelo Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas e a União Federal, representada pelo Ministério da Agricultura, objetivando a execução a nível estadual do Sub-Programa de Apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes — AGIPLAN, visando acelerar a produção e a utilização de sementes melhoradas, segundo diretrizes do Plano Nacional de Sementes — PLANSEM.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-10-72.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente

BÁSILIO ZANUSSO e MUGGIATI FILHO — Relatores